



ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 17/2023/OMB/CF

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL DO ESTADO DO MARANHÃO.

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL, por seu Diretor-presidente, **Gervásio Braz Bezerra** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal n.º 3.857, de 22 de dezembro de 1960;

CONSIDERANDO que o Art. 5º alínea “e” da Lei 3.857/60, atribuídas ao Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil “ *a promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais dos Músicos, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal e adotar, quando necessárias, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de diretoria provisória.*”

CONSIDERANDO a necessidade de compor o quadro de membros da Junta Governativa Provisória da Ordem dos Músicos do Brasil no Estado do Maranhão, para que a mesma possa dar continuidade às determinações baixadas por este Conselho Federal.

RESOLVE:

I – Por motivo da pandemia da Covid 19 esta Junta Governativa terá um **prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias** o mandato ora constituído pelos seguintes integrantes do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil de Estado do Maranhão:

Presidente: Woldon Nogueira Campos, CPF 238.742.793-91, RG 222173020028 GEJUSPC MA.

Secretário: Abdegard Brasil Correa Ribeiro, CPF 098.788.823-49, RG 062818122017-9 SSP/MA.

Tesoureiro: Antonilson Matos da Silva, CPF 779.255.213-69, 0000478587953 SESP MA.

II - Conceder ao Presidente ora nomeado, plenos poderes para representar a OMB-MA, plenos poderes para proceder a Ordem dos Músicos no Estado do Goiás perante as instituições bancárias, órgãos públicos INSS, Secretária da Receita Federal do Brasil. Assinar documentos, dar quitação, alteração todos os atos necessários para o fiel cumprimento de suas obrigações, como representante legal da Ordem dos Músicos do Brasil.

III- A Junta Governativa fica ela responsável em apresentar a seguinte documentação:

- a) Certidões Negativas perante os órgãos competentes Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho e Justiça Federal;
- b) Atas de Eleições do Conselho dos últimos 05 (cinco) anos ou justifique sua inexistência;
- c) Prestação de Contas dos últimos 05 (cinco) anos ou justifique sua inexistência;
- d) Declaração de Bens Móveis e Imóveis;
- e) Informar Relação de funcionários e Salários;
- f) Informar se o conselho é informatizado;
- g) Apresentar o Cadastro de Músicos do Estado em arquivo formato doc;
- h) Informar Banco e Contas de titularidade do Conselho;
- i) Informar Relação de Processos Judiciais e Inquéritos Cíveis;
- j) Informar como era o procedimento da cobrança dos Músicos inscritos;
- k) Informar se o Conselho possui delegacias apresentando relação dos representantes, telefone de contato email e endereço dos mesmos;
- l) Enviar Relatório constando irregularidades da antiga diretoria, valores do dano ao Conselho e supostas fraudes cometidas, se for o caso.
- m) Certidão de bons antecedentes de toda a diretoria;
- n) Cópia da Carteira da Omb, RG, CPF, comprovante de residência e certidão de quitação das anuidades, conforme determinação do TCU.

IV- A documentação acima exigidas deverá ser apresentada no máximo até 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato da Junta Governativa ou da Comissão Interventora, para que possa ser instaurado o Processo administrativo oportunizando o Contraditório e Amplo Defesa.

VI- Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Brasília, 12 de Junho de 2023.

GERVÁSIO BRÁZ BEZERRA
Presidente da OMBCF